

A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DOS MUNICÍPIOS DE NOVA SANTA ROSA E QUATRO PONTES, PARANÁ

THE SUBJECT OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORKS OF THE MUNICIPALITIES OF NOVA SANTA ROSA AND QUATRO PONTES, PARANÁ

LA TEMÁTICA DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LAS REDES MUNICIPALES DE EDUCACIÓN DE LOS MUNICIPIOS DE NOVA SANTA ROSA Y QUATRO PONTES, PARANÁ

Samuel Felipe Weirich¹

Davi José Nicareta Boufleuher²

Paula Cristina Boufleuher Vergutz³

Altevir Signor⁴

Marcela Abbado Neres⁵

Irene Carniatto de Oliveira⁶

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a presença e a forma de inserção da Educação Ambiental (EA) nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) dos municípios de Nova Santa Rosa e Quatro Pontes, situados na região Oeste do Paraná. Busca-se compreender se a disciplina de EA está formalmente prevista, de que modo é trabalhada no contexto educacional e quais turmas e alunos são contemplados. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, com levantamento de informações por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com coordenadores pedagógicos e diretores das instituições de ensino. Os resultados indicam que, em Nova Santa Rosa, há maior institucionalização da EA, com destaque para a Escola Municipal Leonhard Pinz, que oferta a disciplina de forma regular e desenvolve projetos voltados à sustentabilidade. Em Quatro Pontes, embora a EA esteja contemplada no PPP como eixo transversal, sua aplicação prática ocorre de forma pontual, carecendo de sistematização e de projetos permanentes. Conclui-se que a consolidação da Educação Ambiental nos dois municípios depende do fortalecimento da formação docente e da articulação entre as políticas educacionais e as práticas escolares.

1

Palavras-chave: Educação Ambiental. Políticas Educacionais. Escolas Municipais. Sustentabilidade. Paraná.

¹Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). <http://lattes.cnpq.br/3226553865681114>, <https://orcid.org/0009-0008-8499-8424>.

² Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9097538620777488>, Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0548-3565>.

³ Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Lattes <http://lattes.cnpq.br/3549978712994564>.

⁴ Professor Permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Pós-Doutor em Medicina Veterinária (UNESP), Doutor em Zootecnia (UNESP), Mestre em Aquicultura (CAUNESP) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4844380942902865>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4659-6466>.

⁵ Professora Permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Doutora em Zootecnia (UNESP), Mestra em Ciências Animal e Pastagens (USP), Bacharela em Zootecnia (UFRR) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2785815513352441>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3221-4030>.

⁶ Professora Permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Pós-Doutora em Educação com foco em Internacionalização e Redes Internacionais de Pesquisa, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7508449720430708>.

ABSTRACT: This article aims to analyze the presence and integration of Environmental Education (EE) in the Political-Pedagogical Projects (PPPs) of municipal schools and Early Childhood Education Centers (CMEIs) in the municipalities of Nova Santa Rosa and Quatro Pontes, located in the western region of Paraná, Brazil. It seeks to determine whether the EE discipline is formally included, how it is implemented in the educational context, and which classes and students are covered. The research is qualitative and descriptive in nature, using semi-structured interviews conducted with pedagogical coordinators and school principals. The results indicate that, in Nova Santa Rosa, Environmental Education is more institutionalized, especially at Leonhard Pinz Municipal School, which offers the subject regularly and develops projects focused on sustainability. In Quatro Pontes, although EE is included in the PPP as a cross-cutting theme, its practical implementation occurs sporadically and lacks systematic planning and permanent projects. It is concluded that the consolidation of Environmental Education in both municipalities depends on strengthening teacher training and improving coordination between educational policies and school practices.

Keywords: Environmental Education. Educational Policies. Municipal Schools. Sustainability. Paraná.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la presencia y la forma de inclusión de la Educación Ambiental (EA) en los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) de las escuelas municipales y los Centros Municipales de Educación Infantil (CMEI) de los municipios de Nova Santa Rosa y Quatro Pontes, ubicados en la región oeste de Paraná. Se busca comprender si la asignatura de EA está formalmente prevista, cómo se trabaja en el contexto educativo y qué clases y alumnos la incluyen. La investigación se caracteriza por ser cualitativa y descriptiva, con información recopilada mediante entrevistas semiestructuradas realizadas a coordinadores pedagógicos y directores de las instituciones educativas. Los resultados indican que, en Nova Santa Rosa, existe una mayor institucionalización de la EA, especialmente en la Escuela Municipal Leonhard Pinz, que imparte la asignatura regularmente y desarrolla proyectos centrados en la sostenibilidad. En Quatro Pontes, si bien la EA se incluye en el PPP como tema transversal, su aplicación práctica se produce de forma esporádica, careciendo de sistematización y proyectos permanentes. Se concluye que la consolidación de la Educación Ambiental en ambos municipios depende del fortalecimiento de la formación docente y de la articulación entre las políticas educativas y las prácticas escolares.

2

Palabras-clave: Educación ambiental. Políticas educativas. Escuelas municipales. Sostenibilidad. Paraná.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) constitui um instrumento fundamental para a formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de adotar atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente. Sua inserção no contexto escolar pode ocorrer de diferentes maneiras — como disciplina específica, conteúdo transversal, projetos interdisciplinares ou ações pontuais —, sendo imprescindível para o desenvolvimento da consciência ecológica e da sustentabilidade social.

Nesse sentido, a Educação Ambiental necessita de conhecimentos específicos, aprofundados, produzidos pelas ciências, artes e culturas. Necessita também construir conhecimentos específicos, provocando o diálogo entre representações sobre um tema e conhecimentos científicos e populares (conhecimento do senso comum) e etno-culturais (o

conhecimento dos povos indígenas, por exemplo) (Reigota, *apud* Lanes; Miranda; Andrade, 2025).

Nas últimas décadas, a legislação brasileira consolidou a obrigatoriedade da EA em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme previsto na Lei nº 9.795/1999 e no Decreto nº 4.281/2002. Contudo, a efetivação dessa política pública ainda enfrenta desafios relacionados à falta de sistematização curricular, à escassez de formação docente e à limitação de recursos pedagógicos.

A Educação Ambiental necessita ser inserida em todos os níveis de ensino, tanto, nas redes públicas e/ou particulares de ensino, devendo ser abordadas com práticas interdisciplinares, trabalhando os conteúdos por intermédio de ferramentas pedagógicas eficazes, em todas as disciplinas obrigatórias nas curriculares. De acordo com Reigota *apud* Lanes; Miranda; Andrade (2025), destaca-se "a tradicional separação entre as disciplinas, humanas, exatas e naturais, perde sentido, já que o que se busca é o diálogo de todas elas para encontrar alternativas e solução dos problemas ambientais". Entretanto, um trabalho dessa natureza precisa envolver a capacitação de docentes, para que eles possam ter uma postura crítica e a uma prática adequada, contribuindo com a formação de cidadãos conscientes – a médio e a longo prazo (Oliveira; Saheb; Rodrigues, *apud* Lanes; Miranda; Andrade, 2025).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar de que forma a Educação Ambiental está inserida nas escolas municipais de Nova Santa Rosa e Quatro Pontes, ambos situados na região Oeste do Estado do Paraná. Especificamente, busca-se verificar se a disciplina de Educação Ambiental (EA) é prevista nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), compreender como é trabalhada no cotidiano escolar e identificar o número de turmas e alunos atendidos. Para isso, foram realizadas entrevistas com coordenadores pedagógicos e diretores, além da análise documental dos PPPs de cada instituição.

O município de Nova Santa Rosa situa-se na região Oeste do Estado do Paraná, e faz divisa com outros sete municípios sendo Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Palotina, Terra Roxa, Toledo e Quatro Pontes. O município possui um grande desenvolvimento econômico local devido à forte atividade agrícola, em especial a forte presença de lavouras e pecuárias, desenvolvidas por pequenos e médios agricultores, sendo forte a presença da agricultura familiar na região. A sua colonização iniciou-se entre 1953 e 1954, sendo os primeiros colonos originados do Estado do Rio Grande do Sul, a maior parte de origem germânica, descendentes de imigrantes europeus. (Nova Santa Rosa, 2016).

De acordo com o IBGE (2023), o último censo revelou que a população estimada para 2025 seria de 8.581 habitantes, possuindo a densidade demográfica de 40,66 h/km, e a renda mensal de 2,3 salários-mínimos, ainda, revela que a taxa de escolarização de jovens e crianças de 6 a 14 anos é no quantum de 98,95%, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDBE) seria de 6,4 para o ensino fundamental, e de 5,9 para os anos finais. Quanto a questão econômica revelou que no ano de 2021, o PIB per capita era de R\$ 52.914,12.

Ainda, o município de Nova Santa Rosa é constituído pela perímetro urbano da cidade, da zona urbana da Vila Cristal, dos distritos de Alto Santa Fé, e Planalto d'Oeste, além de outras linhas e comunidades localizadas nas zonas rurais, portanto, nas localidades como Vila Cristal, Distrito de Alto Santa Fé, e Distrito de Planalto d'Oeste, são necessárias a manutenção de uma escola para que atenda a demanda local e também de moradores em linhas rurais próximas. Ao todo, o município possui ativo 05 Escolas Municipais, e 02 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

No perímetro urbano onde localiza-se a sede da cidade, estão em atividades duas escolas mantidas pelo Poder Público Municipal, sendo voltadas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, sendo a Escola Municipal Leonhard Pinz, localizada na Rua São Geraldo, nº 160, no Loteamento Porto Seguro e, a Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada na Avenida Tucunduva, nº 1033, Centro, ambas mantidas pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Toledo – NRE Toledo.

No Distrito de Alto Santa Fé, localiza-se a Escola Municipal do Campo Arnaldo Busato, localizada na Rua Concórdia, S/N, na sede distrital, onde são atendidas as crianças dos níveis de Educação Infantil, até os anos iniciais do ensino fundamental. Na sede da Vila Cristal, localiza-se a Escola Municipal do Campo Santa Terezinha, localizada na Rua Santa Catarina, nº 60. No Distrito de Planalto d'Oeste localiza-se a Escola Municipal do Campo Willy Barth, instalada na Rua Vinte e Nove de Março.

O município possui em atividade, 02 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), sendo o Centro Municipal de Educação Infantil Asilda Ropke, localizado no Endereço da Avenida Horizontina, nº 720, Centro e, o Centro Municipal de Educação Infantil “Aprender, Brincar e Crescer”, localizado na Avenida Horizontina, nº 1240, Centro, ambos mantidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e pertencentes ao NRE – Toledo.

O município de Quatro Pontes, localizado na região Oeste do Estado do Paraná e pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Toledo (NRE – Toledo), possui uma área territorial de 114,39 km² e

população estimada em 4.672 habitantes (IBGE, 2025). O último Censo (2022) registrou 4.480 pessoas, resultando em densidade demográfica de 39,16 hab/km². O município apresenta índice de escolarização de 100% na faixa etária de 6 a 14 anos e IDHM de 0,791, o que o coloca entre os municípios de maior desenvolvimento humano do estado.

A economia local baseia-se na agricultura familiar e na agroindústria, com destaque para a produção de grãos, suínos e aves, além de contar com pequeno setor de comércio e serviços. Em 2024, o município registrou receita bruta de R\$ 60,6 milhões e despesa empenhada de R\$ 49,5 milhões, com PIB per capita de R\$ 62.721,52 (IBGE, 2024).

Colonizado a partir da década de 1950 por famílias de origem alemã e italiana, provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Quatro Pontes foi emancipado em 1992, desmembrando-se de Marechal Cândido Rondon. A identidade cultural germânica ainda se manifesta em tradições locais, eventos comunitários e no incentivo à educação como eixo central de desenvolvimento social.

A rede municipal de ensino é composta pela Escola Municipal Dona Leopoldina, que oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino em Tempo Integral, além de dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs): o CMEI Cantinho Feliz e o CMEI Clarice Maria Bremm. Todas as instituições estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que coordena formações continuadas e programas voltados à interdisciplinaridade e à sustentabilidade. Em análise ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 2025, observa-se que a Educação Ambiental (EA) está formalmente inserida entre os Conteúdos Socioeducacionais, em conformidade com a Lei nº 9.795/1999. Conforme o PPP-2025, a Educação Ambiental constitui um dos eixos permanentes do trabalho educativo, devendo ser desenvolvida de forma contínua e interdisciplinar em todas as etapas da Educação Básica.

A EA é desenvolvida principalmente como eixo transversal e componente da disciplina de Ciências, sendo subdividida em dois campos: Educação Ambiental e Iniciação Científica, com duas aulas destinadas a cada um, na modalidade de Ensino Integral. O texto do PPP enfatiza que esses conteúdos devem ser abordados de modo articulado, estimulando a observação, a pesquisa e a compreensão crítica do ambiente.

Além do que é previsto no documento, a prática docente evidencia que o trabalho com a temática ambiental ocorre em todas as turmas do 1º ao 5º ano, ainda que sem uma disciplina autônoma. A professora responsável pelas turmas integrais destaca que a Educação Ambiental está consolidada no plano curricular, mas ainda carece de práticas sistematizadas, como projetos permanentes de horta, reciclagem ou compostagem.

Atualmente, as ações acontecem de forma pontual, por meio de parcerias com o setor municipal de meio ambiente, que realiza visitas e orientações sobre coleta seletiva e descarte correto de resíduos.

Tais atividades envolvem todas as turmas da escola, promovendo sensibilização, embora ainda faltem registros de projetos contínuos e avaliação de resultados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Ambiental (EA) tem se consolidado como um campo fundamental para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a sustentabilidade socioambiental. Mais do que uma dimensão didática, ela constitui um processo político e ético de transformação social, orientado pela reflexão crítica sobre as relações entre sociedade, natureza e desenvolvimento (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, estabelece a obrigatoriedade da EA em todos os níveis e modalidades de ensino. Segundo a PNEA, a Educação Ambiental deve ser permanente, contínua e integrada ao currículo escolar, superando práticas pontuais e descontextualizadas.

Para Carvalho (2001), a Educação Ambiental deve favorecer a formação do sujeito ecológico, ou seja, um indivíduo capaz de reconhecer-se como parte da natureza e responsável pela construção de uma sociedade sustentável. Essa concepção dialoga com Guimarães (2007), que entende a EA como uma prática emancipatória e transformadora, voltada à construção de novas rationalidades e à superação das relações de dominação entre sociedade e natureza.

Nesse mesmo sentido, Sauvé (2005) apresenta diferentes concepções de Educação Ambiental, entre elas a crítica, a humanista e a holística, que ampliam o entendimento da temática para além do viés naturalista, incorporando dimensões culturais, políticas e éticas do ambiente. Tais perspectivas orientam a necessidade de práticas pedagógicas interdisciplinares e socialmente engajadas.

Freire (2014) também contribui para essa discussão ao propor uma educação libertadora, pautada na Pedagogia da Esperança, que estimula a consciência crítica e o engajamento coletivo na transformação da realidade. A Educação Ambiental, nesse contexto, constitui-se como um exercício de diálogo e participação, que incentiva o protagonismo dos sujeitos e a ação transformadora sobre o meio em que vivem.

A abordagem crítica da EA, conforme Layrargues e Lima (2014), busca desvendar os mecanismos estruturais de desigualdade e exploração que sustentam a crise ambiental contemporânea, relacionando as dimensões ecológica, social, econômica e política. Essa

concepção contrapõe-se a visões conservadoras e comportamentais, centradas apenas em mudanças individuais, e propõe a transformação das condições históricas que produzem a degradação ambiental.

No Paraná, o Programa Estadual de Educação Ambiental (PEEA-PR), instituído pela Lei Estadual nº 17.505/2013, reforça o papel das instituições de ensino como espaços estratégicos para o desenvolvimento de práticas educativas sustentáveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 13 (Ação contra a Mudança Climática) e ODS 15 (Vida Terrestre).

Dessa forma, a Educação Ambiental nas escolas municipais de Nova Santa Rosa e Quatro Pontes deve ser compreendida como parte de um movimento maior de construção de políticas públicas e de fortalecimento da cidadania ambiental, no qual as práticas escolares se articulam com os desafios locais e globais da sustentabilidade.

1.1. ANÁLISE DOS PPP DE NOVA SANTA ROSA:

Em análise ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das 05 Escolas Municipais e dos 02 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) mantidas pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de Nova Santa Rosa, podemos vislumbrar que em todos contém inseridos em sua estrutura, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) instituída pela Lei nº 9.795/99, regulada pelo Decreto nº 4.281/02, e pela Resolução nº 02/12.

Contudo, em análise detalhada o PPP da Escola Municipal do Campo Arnaldo Busato, localizado no Distrito de Alto Santa Fé, não existe na grade curricular a presença da disciplina de Educação Ambiental, embora seja trabalhado de forma residual os Conteúdos Socioeducacionais previstos na PNAE, em outras disciplinas obrigatórias nos currículos de educação infantil. Além disso, a Escola também está inserida no Programa Cooperjovem, que trata da inserção de práticas pedagógicas e inovadoras de educação relacionadas ao cooperativismo para as escolas de todo o país. A Escola Municipal do Campo Arnaldo Busato, também participa do ‘Projeto da Prefeitura Municipal Soltura de Alevinos’ que é trabalhado com os alunos das turmas dos terceiros anos do ensino fundamental.

A Escola Municipal do Campo Santa Terezinha, situada na Vila Cristal, não possui em seu PPP, informações detalhadas de quais conteúdos socioeducacionais são trabalhados voltadas para a PNEA, embora tenha inserido a Lei nº 9.795/99 no seu PPP, também, não possui a disciplina de Educação Ambiental inserida na grade curricular dos estudantes.

A Escola Municipal do Campo Willy Barth, localizada no Distrito de Planalto Do Oeste, verificamos que no PPP foi inserida a PNEA conforme a Lei nº 9.795/99, além de conteúdos socioeducacionais que são trabalhados em outras disciplinas, embora a Escola também esteja envolvida no Projeto de Soltura de Alevinos nos Arroios Guaçu e Jaguarandi, ação desenvolvida pela Prefeitura Municipal, ainda não dispõe a Disciplina de Educação Ambiental na grade curricular dos alunos.

Em relação ao perímetro urbano da sede da cidade de Nova Santa Rosa, encontra-se instaladas e em atividade duas escolas municipais, sendo a primeira, a Escola Municipal Getúlio Vargas, que ainda não dispusera a Disciplina de Educação Ambiental, seja nos níveis de educação infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, contudo, no PPP está presente a PNEA, e os conteúdos socioeducacionais que devem ser trabalhados em disciplinas obrigatórias presentes no currículo, entretanto, a Escola Getúlio Vargas possui em atividade a ‘Jornada Ensino Fundamental’ voltados para o 2º ano, onde estão sendo trabalhadas as temáticas de educação ambiental, desenvolvimento sustentável, economia solidária/criativa, e educação financeira e fiscal. Ainda, dispusera no PPP a PNAE, bem como demonstra a participação nos Programas Cooperjovem, e no Projeto da Prefeitura Municipal de Soltura de Alevinos nos Arroios Guaçu e Jaguarandi.

8

Isto posto, a Escola Municipal Leonhard Pinz, também situada no perímetro urbano da cidade, o PPP demonstra a inserção mais correta da Política Nacional de Educação Ambiental (PNAE), uma vez que além dos Conteúdos Socioeducacionais que estão sendo trabalhados em outras disciplinas consideradas essenciais, a Escola teve o cuidado de inserir na grade curricular, disciplinas como ‘Educação Ambiental’ e ‘Educação Financeira’, consideradas essenciais para o desenvolvimento dos estudantes. Justifica-se que o ensino oferecido na Escola Municipal Leonhard Pinz é integral e com carga horária de 9250 horas, ou seja, os estudantes estarão nas dependências da Escola das 07:45 horas da manhã, até as 17 horas da tarde.

Em relação ao Centro Municipal de Educação Infantil Asilda Ropke, e ao Centro Municipal de Educação Infantil Aprender, Brincar e Crescer, ambos mencionam em seu PPP a Política Nacional de Educação Ambiental, conforme a Lei nº 9.795/99, embora não demonstre de que forma a PNEA será desenvolvida com os alunos.

1.2. Disciplina de Educação Ambiental

A Disciplina de Educação Ambiental faz parte da grade curricular oferecida na Escola Municipal Leonhard Pinz, voltada para a Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais

em turno integral, com carga horária anual de 1850 horas, ou seja, os estudantes ingressam na escola por volta das 07:45 horas e regressam para as suas casas por volta das 17:00 horas. De acordo com o PPP disponibilizado no site do município de Nova Santa Rosa, a disciplina de Educação Ambiental integra a grade curricular e são atendidos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Dentro dos Conteúdos Socioeducacionais estão sendo trabalhados os conteúdos da História do Paraná (Lei nº 13.381/01), da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 11.645/08), Música (Lei nº 11.769/08), prevenção ao uso de drogas, sexualidade humana e, Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), Educação Fiscal, enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes e os Direitos das Crianças e Adolescentes (Lei nº 11.525/07), Educação Tributária, e estão sendo trabalhados conforme a divisão de conteúdos na grade curricular.

De acordo com a Diretora Joselaine Genevra Bloch, responsável pela Escola Municipal Leonhard Pinz, atualmente a Disciplina de Educação Ambiental está sendo ofertada no período vespertino, atendendo em torno de 59 alunos, sendo 19 alunos do Infantil IV, 19 alunos do Infantil V, e 21 alunos matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental nesta instituição. Segundo a Diretora e Professora Joselaine, o primeiro projeto que está sendo trabalhado na escola pela disciplina de Educação Ambiental é a construção de uma horta escolar, contudo, ainda está na fase teórica, o que permite o diálogo e rodas de conversa entre os estudantes, debates, jogos e dinâmicas que promovem o pensamento crítico, e a reflexão a respeito da importância de cuidar do Meio Ambiente. No momento ainda não está sendo ofertado aulas práticas, contudo, começará assim que o iniciar a construção da horta escolar.

Embora a direção da Escola Municipal Leonhard Pinz tenha demonstrado que na grade curricular está presente a disciplina de Educação Ambiental, podemos observar que conforme os relatos da Secretaria Pedagógica Elis Fernanda Johann, e da Diretora Joselaine Genevra Bloch, a construção da disciplina ainda encontra-se em um campo embrionário, pois demonstraram que ainda existem dúvidas ou desconhecem outras atividades que podem estar sendo trabalhada com os alunos do ensino infantil e fundamental – anos iniciais

1.3. Projeto Da Prefeitura Municipal Soltura De Alevinos

O Projeto da Prefeitura Municipal denominado “Soltura de Alevinos” demonstra envolvimento das Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura, Educação e Cultura, realizado em parceria com as Escolas Municipais. A ação é organizada pelos gestores educacionais de Educação Ambiental do município, e faz parte do programa de Educação

Ambiental do Município, denominada ‘Ação Conjunta de Educação Ambiental e repovoamento de espécies de peixes nativos no Arroio Guaçu e Jaguariandi no município de Nova Santa Rosa’.

As atividades são realizadas pelas turmas dos 3º anos do Ensino Fundamental das Escolas Municipal do Campo Arnaldo Busato de Alto Santa Fé, Escola Municipal do Campo Willy Barth de Planalto Do Oeste, Escola Municipal Getúlio Vargas da sede municipal, em comemoração ao ‘Dia do Rio – 24 de novembro’. O objetivo do projeto visa aumentar o número de peixes solto a cada ano, sempre que possível realizar a atividade pesque-solte, o que vem estimulando a consciência ambiental nos alunos, na medida em que exista a diversidade de espécies no ambiente aquático.

1.4. Análise do PPP MUNICIPIO DE QUATRO PONTES

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Dona Leopoldina evidencia uma proposta pedagógica voltada à formação integral dos estudantes, conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Segundo o texto institucional, a escola tem como missão promover uma educação integral, voltada à formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

A Educação Ambiental é tratada como um princípio norteador das práticas pedagógicas e aparece entre os “Conteúdos Socioeducacionais” ao lado de temáticas como ética, cidadania, diversidade cultural, educação financeira e direitos humanos.

Embora o PPP não detalhe projetos permanentes, o documento reforça que a EA deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e contínua, estimulando a responsabilidade ambiental e social dos alunos, articulada às vivências comunitárias e ao desenvolvimento sustentável e destaca que a Educação Ambiental deve permear todas as áreas do conhecimento, sendo responsabilidade coletiva dos docentes e da gestão escolar.

2.2 Disciplina de Educação Ambiental

De acordo com o relato da professora, as atividades práticas ainda não se configuraram como projetos permanentes, mas há uma predisposição institucional para avançar nesse sentido. As intervenções pontuais realizadas por profissionais da área de meio ambiente do município principalmente sobre coleta seletiva e manejo de resíduos são importantes para a conscientização inicial dos estudantes, embora careçam de continuidade e sistematização no planejamento escolar.

Conforme previsto no PPP-2025, o trabalho interdisciplinar é essencial para o desenvolvimento da consciência ambiental e para a formação de valores éticos e sustentáveis.

Entre os desafios identificados estão a falta de formação específica dos docentes para tratar de temáticas ambientais de forma interdisciplinar e a ausência de um programa municipal de educação ambiental estruturado, que possa orientar todas as escolas do município com metas e práticas comuns.

Tais aspectos indicam a necessidade de fortalecer o diálogo entre escola, secretaria de educação e comunidade, para que a Educação Ambiental se consolide como parte efetiva do cotidiano pedagógico e não apenas como ações pontuais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, de natureza qualitativa e descritiva, voltada à análise da inserção da Educação Ambiental (EA) nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) dos municípios de Nova Santa Rosa e Quatro Pontes, ambos localizados na região Oeste do Paraná.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pelo interesse em compreender, em profundidade, como a Educação Ambiental é concebida, estruturada e implementada no cotidiano escolar, considerando tanto as diretrizes institucionais quanto as percepções dos profissionais envolvidos.

Os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A pesquisa documental consistiu na análise dos PPPs das escolas e CMEIs dos dois municípios, com o objetivo de verificar se a EA aparece como disciplina, eixo transversal ou conteúdo socioeducacional. Já a pesquisa de campo envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com diretores, coordenadores pedagógicos e docentes responsáveis pela área, possibilitando identificar as práticas e desafios existentes.

Em Quatro Pontes, foi realizada uma entrevista com a professora da disciplina de Ciências da Escola Municipal Dona Leopoldina, no dia 06 de outubro de 2025, buscando compreender como a EA é trabalhada na prática pedagógica e quais são as limitações encontradas. As informações documentais e orais foram analisadas de modo interpretativo e comparativo, permitindo identificar semelhanças e contrastes entre os dois contextos educacionais.

Desse modo, a metodologia adotada permitiu triangular as fontes de informação (documentos oficiais, relatos de profissionais e observações contextuais), assegurando maior consistência às análises e às interpretações apresentadas nos resultados e discussões.

DESENVOLVIMENTO

O objeto central deste estudo é a Educação Ambiental nas redes municipais de ensino dos municípios de Nova Santa Rosa e Quatro Pontes, com foco na verificação de como a temática é incorporada nos Projetos Político-Pedagógicos e desenvolvida nas práticas escolares.

A pesquisa foi conduzida como um estudo de caso múltiplo, abrangendo instituições de ensino de ambos os municípios. Em Nova Santa Rosa, foram analisadas cinco escolas municipais e dois CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Em Quatro Pontes, o foco recaiu sobre a Escola Municipal Dona Leopoldina e os CMEIs Cantinho Feliz e Clarice Maria Bremm, todos sob gestão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

A análise dos PPPs revelou que os dois municípios contemplam a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002), ainda que com diferentes níveis de institucionalização. Em Nova Santa Rosa, a Escola Municipal Leonhard Pinz destaca-se por ofertar a disciplina de na grade curricular do ensino integral, atendendo cerca de 59 alunos do Infantil IV ao 1º ano do Ensino Fundamental. A escola desenvolve ações teóricas e práticas, como a construção de uma horta escolar e o Projeto Soltura de Alevinos, que envolve as turmas do 3º ano no repovoamento de espécies nativas nos arroios do município.

Em Quatro Pontes, de acordo com o PPP da Escola Municipal Dona Leopoldina (2025), a Educação Ambiental está inserida entre os Conteúdos Socioeducacionais e é abordada de forma interdisciplinar nas disciplinas de Ciências e Iniciação Científica. Contudo, a prática ainda se dá por meio de ações pontuais, como palestras e visitas técnicas sobre coleta seletiva, realizadas em parceria com o setor municipal de meio ambiente. A professora responsável pela área ressaltou a ausência de projetos permanentes e de um programa municipal estruturado de EA, além da necessidade de formação docente específica para o tratamento sistemático da temática ambiental.

12

Assim, o desenvolvimento da pesquisa permitiu compreender que, enquanto Nova Santa Rosa apresenta avanços significativos na implementação curricular e na articulação entre escola e poder público, Quatro Pontes ainda enfrenta desafios na consolidação da Educação Ambiental como prática contínua e integrada ao cotidiano escolar. Essa constatação evidencia a importância de fortalecer políticas de formação, planejamento e acompanhamento pedagógico que garantam a efetividade da EA como instrumento de transformação social e ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos PPPs e das entrevistas revelou realidades distintas entre os municípios de Nova Santa Rosa e Quatro Pontes quanto à inserção da Educação Ambiental.

Em Nova Santa Rosa, que conta com cinco escolas municipais e dois CMEIs, apenas a Escola Municipal Leonhard Pinz possui a disciplina de Educação Ambiental formalmente

incluída na grade curricular, atendendo cerca de 59 estudantes do Infantil IV ao 1º ano do Ensino Fundamental. A direção e a equipe pedagógica relatam que a disciplina ainda está em fase inicial, sendo predominantemente teórica, mas já com planejamento de ações práticas, como a criação de uma horta escolar. Outras escolas desenvolvem projetos pontuais, como o programa municipal “Soltura de Alevinos”, que incentiva o cuidado com os rios locais e o repovoamento de espécies nativas, envolvendo alunos do 3º ano.

Em Quatro Pontes, a Educação Ambiental é tratada como eixo transversal, conforme previsto no PPP-2025 da Escola Municipal Dona Leopoldina. O documento propõe sua abordagem interdisciplinar e contínua, especialmente nas disciplinas de Ciências e Iniciação Científica. Entretanto, a prática pedagógica ainda se caracteriza por ações isoladas, geralmente conduzidas em parceria com o setor municipal de meio ambiente, como palestras e atividades sobre coleta seletiva e manejo de resíduos. A ausência de um programa municipal estruturado de Educação Ambiental e de formação continuada específica para os docentes limita o avanço de práticas permanentes.

De modo geral, verifica-se que, enquanto Nova Santa Rosa caminha para uma institucionalização mais efetiva da EA, Quatro Pontes ainda carece de articulação entre teoria e prática, de modo que a temática ambiental se consolide como dimensão integrada e cotidiana do processo educativo.

13

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação evidenciou que a inserção da Educação Ambiental nas redes municipais de ensino de Nova Santa Rosa e Quatro Pontes ocorre de maneira desigual, refletindo o grau de institucionalização e o compromisso pedagógico de cada município.

Em Nova Santa Rosa, a existência de uma disciplina específica e de projetos articulados entre escola e poder público demonstra um avanço na consolidação da EA como prática educativa contínua. Já em Quatro Pontes, embora a EA esteja prevista nos documentos oficiais, ainda prevalece uma abordagem fragmentada e pontual, dependente de parcerias externas e sem sistematização curricular.

Conclui-se que a efetividade da Educação Ambiental nas escolas municipais exige não apenas sua previsão formal nos PPPs, mas também a formação docente continuada, o fortalecimento das políticas municipais de sustentabilidade e a integração entre teoria e prática. A consolidação da EA como eixo permanente da educação básica é condição essencial para o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica e transformadora nas futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2001.

ENTREVISTA com professora da disciplina de Ciências da Escola Municipal Dona Leopoldina. Quatro Pontes, 06 out. 2025. Entrevista concedida a Davi Boufleuher.

ENTREVISTA com Diretora da Escola Municipal Leonhard Pinz. Nova Santa Rosa, 26 set. 2025. Entrevista concedida a Samuel Felipe Weirich.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S. S. D.; TRAJBER, R. (org.). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 85-94.

IBGE. Nova Santa Rosa – © 2023 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | v4.6.108. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/nova-santa-rosa/panorama> Acesso em: 17 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Quatro Pontes – PR. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/quatro-pontes.html>. Acesso em: 25 out. 2025.

LANES, Delaine Motta; MIRANDA, Jean Carlos; ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de. Breve reflexão acerca da Educação Ambiental escolar. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 25, nº 2, 15 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/2/breve-reflexao-acerca-da-educacao-ambiental-escolar>. Acesso em: 26 dez. 2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jun. 2014.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/> Acesso em: 27 out. 2025.

Nova Santa Rosa. Alunos de Nova Santa Rosa soltam alevinos em alusão ao Dia Mundial da Água. 2023. Disponível em: <https://novasantarosa.pr.gov.br/alunos-de-nova-santa-rosa-soltam-alevinos-em-alusao-ao-dia-mundial-da-agua/> Acesso em: 27 out. 2025.

Nova Santa Rosa. Um pouco de História. © 2016 - Prefeitura de Nova Santa Rosa - Todos os Direitos Reservados. Disponível em: <https://novasantarosa.pr.gov.br/historia/> Acesso em: 17 out. 2025.

Nova Santa Rosa. Escolas Municipais e CMEIs. © 2016 - Prefeitura de Nova Santa Rosa - Todos os Direitos Reservados. Disponível em: <https://novasantarosa.pr.gov.br/escolas-municipais-e-cmeis/> Acesso em: 23 out. 2025.

PARANÁ. Lei Estadual nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013. Institui o Programa Estadual de Educação Ambiental – PEEA-PR. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 2013.

QUATRO PONTES. Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Dona Leopoldina – 2025. Quatro Pontes: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (orgs.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

